OPINIÃO SOCIALISTA
O JORNAL DO PSTU
ANO X - EDIÇÃO 256
R$ 2 - DE 4 A 10/5/2006

FRENTE CLASSISTA:

DOIS VICES DOIS CAMINHOS

EM DEBATE, O PERFIL, O CARÁTER E O MÉTODO PARA CONSTRUIR A FRENTE

PÁGINAS 6 E 7

O DECRETO BOLIVIANO E A FARSA DA DEFESA DOS 'INTERESSES DO BRASIL'

PÁGINA 10

CONAT

É HORA DE CONSOLIDAR UMA ALTERNATIVA PARA AS LUTAS DOS TRABALHADORES

PÁGINAS 4 E 5

■ **APELAÇÃO** - *Alckmin está topando tudo para decolar sua candidatura. Depois de receber o apoio de Bel, da banda Chiclete com Banana, o candidato disse: "Sou chicleteiro com muita alegria".*

PÁGINA DOIS

■ **'DESAPARECE'** - *Diante da greve de fome de Garotinho, o site Kibe Loco lançou uma campanha de apoio 'até o fim', com uma imagem do ex-governador esquelético.*

O REI ESTAVA NU 1

Por quase um mês, uma grande jornada de lutas do povo do Nepal, país próximo à Índia, colocou a ditadura monárquica na corda bamba. Analistas políticos diziam que o fim do regime estava próximo e que o rei poderia cair a qualquer momento. Poderia, mas não foi bem assim. O Partido Comunista do Nepal e a guerrilha maoísta que luta no país há mais de 10 anos, aliados a partidos burgueses, fizeram um acordo, mediado pelo imperialismo, que preservou o rei Gyanendra. O acordo assegurou o retorno do regime parlamentar e a nomeação de um primeiro-ministro, mas preservou a monarquia.

O REI ESTAVA NU 2

Em entrevista ao jornal espanhol El Mundo, o principal dirigente do PC do Nepal, Madhav Kumar, explica por que colocou um ponto final nas mobilizações: "Não tenho uma mentalidade de vingança e não creio que essa seja a atitude que resolva nossos problemas. Devemos recuperar as instituições e evitar a anarquia para sanar o país".

CHARGE / *GILMAR*

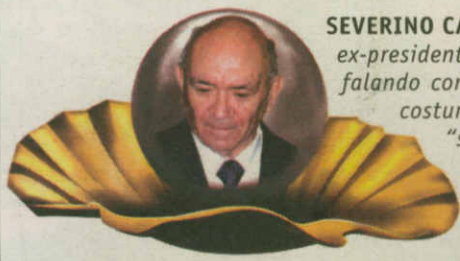
REELEIÇÃO

A Petrobras inundou todos os meios de comunicação e os espaços públicos para anunciar a auto-suficiência do petróleo. Ao todo, foram R$ 40 milhões, um dos maiores investimentos na história da propaganda brasileira, e uma descarada campanha pela reeleição de Lula.

RIGOR JORNALÍSTICO

Deu no jornal Expresso, o jornal popular de O Globo, no dia 28 de abril. "O terrorista Osama Bin Laden, chefe da Al-Qaeda, continua foragido na selva de Serra Leoa, após fugir com outros 20 chimpanzés de um santuário onde mataram um motorista de táxi no domingo." Incrível!

PÉROLA

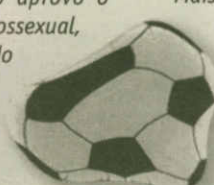
"O sujeito já está fazendo a digestão, sem precisar tomar Sonrisal"

SEVERINO CAVALCANTI, *ex-presidente da Câmara, falando com sua costumeira "sinceridade" sobre as pizzas assadas no Congresso Nacional.*

AGRESSÃO NO RIO

A greve dos trabalhadores da educação do Rio de Janeiro, que já dura mais de 45 dias, enfrentou no último dia 26 toda a truculência do governo Rosinha Matheus e Garotinho (PMDB). Depois de tentarem uma audiência com o presidente da Assembléia Legislativa do Rio (Alerj), os manifestantes foram agredidos por seguranças da casa. A agressão deixou 10 feridos. Gualberto Tinoco, o Pitéu, dirigente do Sindicato dos Profissionais de Educação (Sepe) e militante do PSTU, conta que foi retirado do meio dos manifestantes e agredido. "Me levaram para outra sala, me separaram do restante das pessoas, e lá me agrediram de toda forma possível, inclusive com uma cabeçada que me deixou um corte no nariz e hematoma", disse.

GOL CONTRA

O técnico da seleção brasileira, Carlos Alberto Parreira, demonstrou lamentavelmente sua homofobia numa entrevista à revista IstoÉ. Parreira disse que é contra a união civil de homossexuais. "Não aprovo o casamento de homossexual, porque fui formado de uma maneira tradicional (...) Duas mulheres se casando, dois homens é coisa que me agride até hoje". Parreira disse que não tiraria um jogador do time por ser homossexual. "Mas, veja bem, acho que nem seria convocado", completou.

Mais do que um gol contra, as declarações mostram que Parreira também joga no time dos setores mais reacionários e atrasados da sociedade.

ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA SEMANAL
assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

NOME: ______________________
______________________ CPF: ______________________
ENDEREÇO: ______________________
______________ BAIRRO: ______________________
CIDADE: ______________ UF: _____ CEP: ___________
TELEFONE: ______________ E-MAIL: ______________
○ DESEJO RECEBER INFORMAÇÕES DO **PSTU** EM MEU E-MAIL

MENSAL COM RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA

☐ MÍNIMO (R$ 12) ☐ SOLIDÁRIA (R$ 15)

FORMA DE PAGAMENTO

☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA:
○ BB ○ NOSSA CAIXA ○ BANRISUL ○ BESC
○ BANESPA ○ CEF AG. ________ CONTA ________
OPERAÇÃO (SOMENTE CEF)________

TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
☐ (R$ 36)	☐ (R$ 72)	☐ (R$ 144)
☐ SOLIDÁRIA: R$______	☐ SOLIDÁRIA: R$______	☐ SOLIDÁRIA: R$______

FORMA DE PAGAMENTO

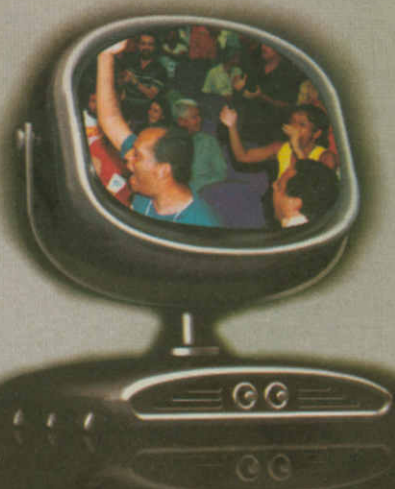
☐ **CHEQUE** *
☐ **CARTÃO VISA** Nº ____________ **VAL.** ________
☐ **DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA:**
○ BB ○ NOSSA CAIXA ○ BANRISUL ○ BESC
○ BANESPA ○ CEF AG. ________ CONTA ________
OPERAÇÃO (SOMENTE CEF)________
☐ **BOLETO**

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da assinatura para Rua Humaitá, 476 - Bela Vista - São Paulo - SP - CEP 01321-010 - Fax: (11) 3105-6316

CONAT TERÁ TRANSMISSÃO ONLINE

PORTAL DO PSTU TAMBÉM FARÁ COBERTURA DIRETO DE SUMARÉ

Quem não puder viajar até a cidade de Sumaré não precisará esperar até a outra semana para saber como foi o Conat. A Conlutas, que acabou de reformular o seu portal, irá transmitir ao vivo todos os debates do congresso, além de entrevistas com os participantes. Basta clicar no link na página da Conlutas para acompanhar os debates. O portal também terá notícias e fotos do evento, produzidos por jornalistas dos sindicatos que participam do encontro.

Como no Fórum Social Mundial e nos protestos em Brasília, o Portal do PSTU também estará em Sumaré, com a cobertura das discussões do Conat e do Encontro Nacional de Estudantes (ENE). No especial, haverá notícias, galerias de fotos e vídeos. O portal ainda trará a cobertura das atividades do partido, como a palestra com Valério Arcary sobre Reforma e Revolução, e entrevistas com ativistas de outros países, presentes ao Conat.

ACOMPANHE OS DEBATES DO CONAT PELOS SEGUINTES ENDEREÇOS
www.conlutas.org.br
www.pstu.org.br/conat

PSTU.ORG.BR

LEIA ESTA SEMANA NO PORTAL

INTERNACIONAL
Nepal: o rei estava nu

CULTURA
V de Vingança: uma bomba contra o sistema

Árido Movie: uma viagem pelo sertão pernambucano

MOVIMENTO
Ato do 1º de Maio reúne 2.500 em São Paulo

Servidores em greve são agredidos na Assembléia Legislativa do Rio

CONTRA A OPRESSÃO
Homofobia e machismo na Universidade Federal de Ouro Preto

PARTIDO
Campinas realiza curso sobre o jornal e o partido

NACIONAL
Telê Santana e o espetáculo do futebol

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua Humaitá, 476 - Bela Vista - São Paulo - SP CEP 01321-010
Fax: (11) 3105-6316 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **PROJETO GRÁFICO** Gustavo Sixel **DIAGRAMAÇÃO** Gustavo Sixel e Mônica Blasi **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 3105-6316 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua Humaitá, 476
Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01321-010 - (11) 3105-6316

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua A-41, Quadra B5, 258
Bairro Graciliano Ramos - Maceió - AL
(82)9903.1709 (81)9101.5404
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - R.Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 321-3632
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Rua C, Quadra C, 27 - Morada do Bem Querer - Candeias
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA fortaleza@pstu.org.br
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - vitoria@pstu.org.br

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 9244-9090
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE bh@pstu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM belem@pstu.org.br
Tv. do Vileta, 2.519 - (91) 226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sl. 4

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO rio@pstu.org.br
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro
niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro
novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE portoalegre@pstu.org.br
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
ZONA NORTE - Av. Baltazar de Oliveira Garcia, 2669 Sala 205 (Esquina com Manoel Elias)
(51) 3024-3419
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
www.pstubauru.ig.com.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867
campinas@pstu.org.br
GUARULHOS guarulhos@pstu.org.br
Av. Esperança, 705 casa 2
Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica
(11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro
(11) 4796-8630
www.pstu.org.br/altotiete
RIBEIRÃO PRETO
Rua Paraíso, 1011, Térreo - Vila Tibério (16) 3637-7242
ribeiraopreto@pstu.org.br
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279 sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro
(11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
VILA MARIA - R. Mário Galvão, 189
(12)3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vila Carvalho
(15)3211.1767
sorocaba@pstu.org.br
SUZANO suzano@pstu.org.br
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

AOS COMPANHEIROS REUNIDOS NO CONAT

Saudamos os milhares de delegados que se reúnem nesse congresso para fundar uma nova organização. Muitos de vocês vieram de muito longe, com muito esforço, para participar de um acontecimento que pode ser histórico.

Não pode ser que dirigentes da CUT, da UNE e do PT defendam os interesses dos banqueiros, sejam financiados por eles... e ainda falem em nosso nome. Não pode ser que dirigentes usem a política como uma forma de enriquecer, e falem em nosso nome. Não pode ser que os que transformaram a CUT em um departamento do Ministério do Trabalho falem em nosso nome. Não pode ser que representantes de um governo como o de Lula, corrupto e neoliberal, continuem sendo dirigentes dos trabalhadores.

Por isso, a hora é agora. Apoiamos a proposta de fundar uma nova organização, a Conlutas, para defender as mesmas bandeiras de antes, hoje traídas pela CUT, UNE e PT.

No Conat não estão reunidos só alguns milhares de delegados. Esses delegados foram eleitos em assembléias, que expressaram a opinião de uma parte dos trabalhadores de suas bases. Por isso, acreditamos que vocês expressam algo de profundo neste país.

Essa parcela dos trabalhadores é ainda minoritária em relação à CUT e à Força Sindical. Isso se deve a que ainda não existe no país um grande ascenso de lutas. O governo Lula ainda consegue, com a CUT e a UNE, bloquear ou trair as grandes mobilizações dos trabalhadores e jovens. Mas isso não será possível eternamente. As ilusões terminarão por se chocar com a realidade da exploração crescente. A América Latina mostra que grandes comoções sociais estão por vir também no Brasil.

Se não existir a Conlutas, não haverá possibilidade de uma mobilização unificada a nível nacional contra o Super-Simples, tampouco a unificação das campanhas salariais, ou ainda uma boa participação do movimento sindical na luta contra o pagamento das dívidas externa e interna.

A construção da Conlutas tem, assim, uma importância imediata. Mas pode também ter um caráter maior, histórico, no caso de virem a ocorrer grandes lutas de massas neste país.

Construir uma nova entidade é uma necessidade. A abertura para a construção da unidade, com os que rompem pela esquerda com o governo, deve seguir. Mas isso não pode resultar na dúvida entre fundar e não fundar a nova entidade. Os maiores interessados em bloquear o surgimento da Conlutas são o governo, a CUT e a UNE. E acreditamos que eles sairão derrotados deste congresso.

Está surgindo uma nova direção para as lutas dos trabalhadores.

CROMAFOTO

OPINIÃO / DIEGO CRUZ, da redação

No 1º de Maio de Lula, a festa é dos pelegos

Em plena semana do 1º de Maio, o presidente Lula e o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, anunciaram as primeiras medidas para a implementação das reformas sindical e trabalhista. Contrariando suas próprias declarações, que prometiam as reformas para o próximo ano, o governo resolveu se antecipar. Ao mesmo tempo em que o projeto do Super-Simples tramita no Congresso (leia mais na página 4), iniciando a precarização das relações trabalhistas, o governo já deu o primeiro passo para a reforma sindical.

No dia 28 de abril, durante uma reunião de Marinho com as cúpulas das centrais sindicais, o governo acertou com os sindicalistas as principais alterações da estrutura sindical no País. A medida anunciada com maior estardalhaço foi o "reconhecimento" das centrais sindicais. A oficialização é o primeiro passo para CUT, Força Sindical e demais entidades pelegas receberem o imposto sindical, aumentando ainda mais os repasses de recursos públicos às centrais.

Com a medida, as centrais também se credenciam para enviar representantes para gerir conselhos federais, como o conselho do Serviço Nacional da Indústria (Sesi) ou do Comércio (Sesc), aprofundando o comprometimento das centrais com a gestão do Estado.

Outra medida anunciada no pacote trabalhista é a criação do Conselho Nacional de Relações do Trabalho. A medida é um dos principais pontos do projeto de reforma sindical que tramita no Congresso. O CNRT substitui o atual Fórum Nacional do Trabalho e será responsável por elaborar propostas de emendas constitucionais e anteprojetos sobre organização sindical e legislação trabalhista.

Sendo uma Câmara tripartite, o Conselho reunirá 15 representantes do governo, do empresariado e das cúpulas das centrais sindicais. Ou seja, a organização sindical e as leis trabalhistas estarão nas mãos do governo, do empresariado e das direções pelegas das centrais.

Como se não bastasse, o governo promete também "regulamentar" o direito de greve dos servidores públicos, sem explicar o que isso de fato significa. Ao contrário do que tenta fazer crer, hoje não é proibido o servidor fazer greve. Apenas não existe legislação específica sobre o tema. Ao "regulamentar" a greve, o governo pode classificar grande parte dos serviços públicos como "serviços essenciais", restringindo ao máximo o direito de greve do funcionalismo.

UM NOVO ATAQUE À PREVIDÊNCIA

Após acabar com a aposentadoria integral dos servidores públicos, o governo Lula mira agora o INSS. O governo estuda, longe dos holofotes da mídia, uma nova reforma da Previdência, que atacaria benefícios como o auxílio-doença. Além disso, não descarta alterações do fator previdenciário, que alteraria a idade mínima para se aposentar e o tempo de contribuição.

Isso mostra que a campanha da Conlutas contra a reforma da Previdência não deve se limitar ao funcionalismo público, mas precisa ter impulsionado pelo conjunto das categorias, assim como as reformas sindical e trabalhista.

UM PLANO DE LUTAS PARA DERROTAR OS ATAQUES DE LULA E DO FMI

CONGRESSO deve impulsionar as lutas contra o Super-Simples, as reformas e a dívida, apontando a unificação das campanhas salariais e dos movimentos sociais

***DIEGO CRUZ**, da redação*

Uma das tarefas mais importantes que os milhares de delegados do Conat têm pela frente é a definição de um plano de lutas para a ação da Conlutas no próximo período. A responsabilidade da Coordenação aumenta à medida que a entidade aparece hoje como o único contraponto real dos trabalhadores aos ataques do governo Lula. Isso porque, enquanto a CUT dá cada vez mais mostras de sua irreversível debandada para o lado do governo e da burguesia, o governo volta a atacar com toda força os direitos dos trabalhadores.

FERNANDO BANZI

Faixa da Conlutas no ato do Primeiro de Maio em São Paulo

Para levar adiante a luta contra as reformas, a dívida pública e o arrocho, é fundamental que a Coordenação impulsione essas bandeiras, sendo ponta de lança na unificação das mobilizações com outros setores combativos.

LUTAS QUE SE COMPLEMENTAM

Relativamente fortalecido com a pizza em que resultou a crise política e os altos índices de intenção de votos, Lula sai a campo para destruir os direitos trabalhistas, atendendo a uma antiga reivindicação dos empresários. O ataque mais imediato contra os trabalhadores é a retomada da reforma sindical e trabalhista.

Após ter anunciado as primeiras medidas para a implementação da reforma sindical, Lula aproveitou um projeto que estava em tramitação no Congresso – o Super-Simples - e introduziu através dele, silenciosamente, a reforma trabalhista.

Enquanto isso, a dívida pública segue numa tendência de crescimento, desviando cada vez mais recursos ao pagamento de juros aos grandes banqueiros internacionais. Essa política provoca o arrocho salarial das diferentes categorias dos trabalhadores, dos servidores públicos aos metalúrgicos. Impede também o atendimento das reivindicações dos movimentos sociais e populares, como moradia e reforma agrária.

Desta forma, a luta contra a reforma trabalhista, que hoje assume a forma do Super-Simples, não se separa da luta contra o pagamento da dívida aos grandes banqueiros e especuladores e das diversas lutas específicas em todo o país por salário, moradia, emprego e terra.

Por isso, o Conat deve aprovar um plano de lutas que vá desde as campanhas salariais e as reivindicações imediatas dos movimentos sociais, passando pela campanha contra a dívida, e tendo como eixo a luta contra as reformas de Lula.

SUPER-SIMPLES E A LUTA CONTRA A REFORMA TRABALHISTA E SINDICAL

Para encaminhar uma jornada de lutas contra o Super-Simples, é fundamental que a Conlutas inicie imediatamente uma campanha de conscientização contra o Projeto de Lei. O Super-Simples, ou PLP 123/2004, representa um duro ataque aos direitos trabalhistas. Primeiramente voltado aos funcionários das micro e pequenas empresas (nada menos que mais da metade de todos os trabalhadores brasileiros), esse projeto pode significar o primeiro passo para a "flexibilização" dos direitos de todos os trabalhadores.

O Super-Simples precariza direitos e protege as empresas das fiscalizações trabalhistas, abrindo uma avenida para toda sorte de abusos dos patrões. Possibilita que as empresas acabem com o décimo-terceiro salário, com as férias e com o pagamento mensal regular dos salários (que podem ser atrasados).

Além disso, caso uma empresa seja pega em flagrante irregularidade com relação à segurança do trabalhador ou suas condições sanitárias e de saúde no trabalho, ela receberá apenas uma "orientação". Só na terceira vez a fiscalização poderá lavrar um "auto de infração" contra a empresa.

Além disso, é preciso ter claro que o Super-Simples é a antecipação da reforma sindical e trabalhista que o governo já anunciou para o início do próximo ano. A luta que começa agora, portanto, precisa se desenvolver e ganhar um salto no início de 2007. *"É fundamental que, a partir do Conat, a Conlutas impulsione uma ampla campanha nacional contra o Super- Simples, massificando essa discussão, inclusive com a publicação de jornais"*, ressalta José Maria de Almeida, da coordenação da Conlutas.

Para isso, é necessária também a construção da unidade com todos os setores combativos que são contrários a esse ataque. Além dos trabalhadores da iniciativa privada, essa campanha deve mobilizar também os servidores públicos, que já sentiram na pele o ataque a direitos históricos, como ocorreu com a reforma da Previdência, em 2003.

A campanha pela anulação da reforma da Previdência, por sua vez, já está na base das categorias, como reivindicação em suas mobilizações e com o abaixo-assinado da Coordenação. A tarefa agora é realizar um ato público para entregar as assinaturas à Procuradoria Geral da República, reforçando o pedido de anulação realizado pela Conlutas.

CONTRA O PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

Todas as reivindicações dos trabalhadores, da juventude e dos movimentos sociais esbarram na questão da dívida externa e interna. A dívida pública hoje ultrapassa R$ 1 trilhão e seus juros consomem todos os recursos que poderiam ser investidos em reajustes de salários, na geração de empregos, em serviços públicos básicos, em moradia e reforma agrária. Ou seja, todas as lutas específicas das categorias e movimentos populares devem ter como norte a questão da dívida pública.

Para isso, o Conat deve impulsionar e fortalecer essa campanha. A Conlutas já está confeccionando a cartilha da campanha pela anulação da dívida e a tarefa agora é divulgar ao máximo essas informações, aliando a campanha com as lutas específicas, construindo as condições de realizar uma grande mobilização nacional.

UNIFICAR AS MOBILIZAÇÕES ESPECÍFICAS

Neste segundo semestre, apesar do calendário eleitoral, categorias importantes lançam suas campanhas salariais, como petroleiros, trabalhadores dos Correios, bancários, metalúrgicos, químicos e setores do serviço público. Também haverá mobilizações dos movimentos sociais e populares. O Conat deve aprovar a proposta de unificação das campanhas salariais e dos movimentos, aliando suas reivindicações às questões da dívida e da luta contra as reformas sindical e trabalhista.

As mobilizações nos estados neste segundo semestre devem, desta forma, acumular forças com perspectivas de realizar uma grande manifestação em setembro, contra a dívida, as reformas de Lula e do FMI e a favor das reivindicações dos trabalhadores.

WWW.PSTU.ORG.BR

Baixe a cartilha da campanha pela anulação da dívida

OS DESAFIOS DO ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES

LEANDRO SOTO, da Secretaria Nacional de Juventude do **PSTU**

Para quem tinha alguma dúvida sobre os rumos da UNE, o 11° Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb) foi muito esclarecedor. Resoluções de apoio ao governo, a transformação da entidade em comitê eleitoral para reeleição de Lula e a aprovação dos "filtros" ditaram os ritmos do evento.

Não por acaso, o Encontro Nacional de Estudantes (ENE), impulsionado inicialmente somente pelos DCEs UFRJ, UFMG e UEM e pela Conlute, tomou grandes dimensões. Até mesmo representantes de entidades que vinham defendendo a permanência na UNE, como o DCE UFAM (Amazonas), garantiram presença.

INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E FINANCEIRA

Estudantes de todo o País não estão medindo esforços para chegar a Sumaré (SP) e discutir a crise da educação e os rumos do movimento estudantil. Foram semanas de muitos sacrifícios, correndo atrás de ônibus e dinheiro, para garantir o transporte e a inscrição dos participantes. Mas valeu a pena! Esse é o preço para construir um novo movimento estudantil auto-financiado e independente do governo do mensalão.

Mesmo antes do ENE começar, a discussão política já vinha sendo feita. O caderno de teses foi confeccionado e enviado pela Conlute para a maioria dos estados, permitindo que os estudantes tivessem acesso a várias propostas e concepções.

MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO

Os sucessivos cortes do orçamento da educação levaram as instituições públicas de ensino a uma situação miserável. Universidades como a UFRJ mal conseguem pagar suas contas de luz, água e telefone. Laboratórios, bibliotecas e prédios estão totalmente sucateados e abertos à iniciativa privada. Faltam professores e funcionários e a assistência estudantil quase não existe.

Como se não bastasse, o governo apresentou semana passada no Congresso Nacional a versão definitiva do projeto de reforma Universitária, sob orientações do Banco Mundial.

Por isso, os DCEs UFRJ, UFMG e UFAM estão propondo ao ENE uma campanha por mais verbas para educação, buscando unir os problemas do dia-a-dia dos estudantes à política econômica e educacional do governo Lula.

FOTO CMI

CAMPANHA POR UMA NOVA ENTIDADE

A experiência com o governismo e o burocratismo

> **APÓS A DESILUSÃO com o Coneb da UNE, centenas de entidades vão ao ENE**

da UNE provocou uma série de rupturas, entre elas de executivas de curso como as de letras e pedagogia, e abriu no movimento estudantil uma dura polêmica sobre a construção de alternativas.

A Conlute vem cumprindo um papel muito importante nas mobilizações estudantis em nível nacional. Foi assim na luta contra a reforma; na greve de 2005 das Instituições Federais de Ensino; nas marchas à Brasília contra a corrupção; e também em várias lutas localizadas, como na intervenção da Igreja e dos bancos na PUC-SP.

Foram importantes iniciativas, mas insuficientes para os desafios que estão colocados adiante. É preciso unificar em uma mesma entidade estudantes secundaristas e universitários das instituições públicas e privadas, capaz de responder aos ataques do governo e superar a crise de representatividade decorrente da falência da UNE. A divisão e a dispersão de forças só fortalecem nossos inimigos.

Acreditamos que a construção de uma nova entidade deve ser feita em um processo radicalmente democrático, com CAs, DCEs, executivas e grêmios, sem precipitações e ultimatos, respeitando os ritmos dos diferentes setores envolvidos.

EM ALIANÇA COM OS TRABALHADORES

Não há outro caminho para a transformação profunda da sociedade, ou para obtermos vitória nas lutas dentro das escolas e das universidades, sem estarmos com os trabalhadores. As mobilizações na França apontaram o caminho, quando estudantes e trabalhadores deflagraram a greve geral que derrotou o projeto de precarização do trabalho, o CPE de Chirac e Villepin.

Portanto, a eleição de delegados estudantis ao Conat e o fortalecimento da Conlutas como um organismo de todos os movimentos sociais são determinantes para arrancarmos alegria do futuro.

CONAT

ORGANIZAR A LUTA CONTRA A OPRESSÃO

> **CONAT SERÁ TAMBÉM um espaço de debate, organização e luta contra o preconceito e a discriminação**

ANA ROSA MINUTTI, da Secretaria Nacional de Mulheres do **PSTU**

O Conat também vai ser um espaço para debates sobre como enfrentar a discriminação racial e a opressão sexual. No segundo dia do Congresso serão realizadas plenárias das chamadas "minorias": mulheres, negros e negras, gays, lésbicas e transgêneros.

Será o início de discussões necessárias da parcela que mais sofre com as políticas neoliberais aplicadas pelo governo Lula e apoiadas pela CUT e por setores dos movimentos sociais.

Neste espaço irão se encontrar mulheres que lutam contra o assédio moral e sexual em seus locais de trabalho e que estiveram nas ruas de Brasília, marchando contra a reforma da Previdência. Também estarão juntas as que lutam pela terra e as que lutam pela moradia.

Irão se sentar lado a lado os jovens negros vítimas da violência policial e as mulheres negras, que recebem o menor salário neste país.

COMAFOTO

Ato do 8 de Março em São Paulo

Estarão neste espaço gays e lésbicas que protestam todos os anos, exigindo respeito e políticas públicas.

Todos estes setores que romperam com suas direções traidoras sabem que, com a burocratização e direitização de entidades do movimento, os setores mais explorados da classe trabalhadora acabaram praticamente esquecidos.

Se a direção da CUT se recusa a mobilizar a classe trabalhadora, por que tentaria mobilizar as mulheres? Se a Marcha Mundial de Mulheres apóia reformas neoliberais, como a universitária, por que lutaria de forma conseqüente pelo aumento do salário mínimo?

Dessa forma, as demandas femininas, de raça e orientação sexual se limitam a meras teses e pontos de programa, e dirigentes envolvidos com o tema se calam ou diretamente apóiam as políticas neoliberais.

Nós, que buscamos uma ferramenta de luta contra a opressão e a exploração, teremos de encontrar novamente o caminho da organização democrática. Auxiliando na construção de uma alternativa para os trabalhadores e voltando às ruas contra todo tipo de opressão e discriminação.

DUAS PROPOSTAS DE VICE, DOIS PROJETOS DE FRENTE ELEITORAL

ERNERTO GUERRA,
de São Paulo (SP)

Como todos sabem, o **PSTU** propõe uma frente de esquerda, classista e socialista para as eleições de outubro, com PSOL, PCB e ativistas independentes.

Hoje, a falsa divisão entre o PT e PSDB-PFL esconde a grande unidade entre estes dois blocos majoritários. O mesmo programa econômico, a mesma corrupção (só mudando os beneficiários). Os dois blocos a serviço do mesmo patrão: a grande burguesia do país, ligada ao imperialismo.

Lula, além de aplicar um programa pró-imperialista neoliberal, está espalhando a falsa consciência de que "esquerda e direita é tudo igual". Apresentar uma alternativa real de esquerda contra o governo Lula é uma necessidade de fundamental para manter vivas as tradições da esquerda comprometida com o movimento operário. E isso significa defender um programa socialista e classista (trabalhador de um lado, burguesia de outro).

No entanto, a possibilidade de avançar para essa frente foi ameaçada pelas resoluções da direção nacional do PSOL dos dias 23 e 24 de abril. Ficou definido por eles que César Benjamin, filiado ao PSOL, será o candidato a vice-presidente, com Heloísa Helena. Sem discutir com os outros partidos ou com os ativistas de base, o PSOL se definiu por uma chapa pura, para Presidência e vice.

Não estamos "disputando cargos", como alguns setores do PSOL estão dizendo, para encobrir esta atitude sectária e burocrática. Ninguém está avaliando uma possibilidade real de vitória eleitoral, e por isto não estamos discutindo quem ocupará a vice-presidência em 2007. Estamos discutindo como se compõe uma frente eleitoral. É correto ou não que o PSOL ocupe as duas candidaturas?

Evidentemente se trata de uma atitude duplamente antidemocrática. Com o **PSTU** e o PCB, para quem está sendo proposta uma adesão às candidaturas do PSOL, e não uma frente real. Antidemocrática também com a base, que sequer foi consultada.

O **PSTU** propõe a candidatura de Zé Maria para vice. Um metalúrgico com uma tradição de lutas que vem desde as greves do ABC de 1978-79, e com longa trajetória no movimento sindical.

Mas esta definição da di-

> **A POSSIBILIDADE de avançar para essa frente foi ameaçada pelas resoluções da direção nacional do PSOL**

reção do PSOL não veio isolada. As outras resoluções demonstram que a questão do vice não é apenas uma postura sectária e hegemonista, mas uma concepção de campanha eleitoral que se distancia de uma frente classista e socialista.

Assim, as duas candidaturas a vice, César Benjamin e Zé Maria, expressam também dois projetos distintos de frente eleitoral.

FRENTE CLASSISTA OU COM SETORES DOS PARTIDOS BURGUESES?

A direção nacional do PSOL se definiu pela ampliação da possível frente eleitoral, através de "apoios" de personalidades ou setores de outros partidos, como o PDT (foi citado o nome do deputado João Fontes), PV (a partir do deputado Fernando Gabeira) e PSB (Luiza Erundina). Segundo o PSOL, o limite seria buscar o apoio de setores "éticos".

Como resultado dessa decisão, o deputado João Alfredo (PSOL-CE) declarou para a *Folha On Line*: *"O PSOL atualmente negocia com setores anti-petistas do PDT, PPS, PSB e PV, com o objetivo de construir "uma terceira via pela esquerda" entre o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o presidente Lula (PT)".*

Nós tínhamos proposto ao PSOL uma frente classista, dos trabalhadores. Esta polêmica começou pela discussão que existia na direção nacional do PSOL de uma possível aliança nacional com o PDT. Felizmente, depois de muitas pressões contrárias da base do partido e com a definição da verticalização, a direção do PSOL terminou se posicionou contra esta aliança.

As frentes com partidos burgueses como PDT, PSB e PV foram partes fundamentais da degeneração do PT. Ao se abrir para alianças com a burguesia, se rompe com a independência política dos trabalhadores em relação aos patrões, adaptando o programa da frente para ser mais aceitável para estes setores. Pouco a pouco, se vai indo à direita, até se transformar no que é o PT hoje.

Seria interessante conhecer os setores "éticos" destes partidos burgueses, que continuam em legendas que não têm nada a ver com a "ética". Ou pelo menos não têm nada a ver com qualquer ética que sirva aos trabalhadores. Ou o PDT, que está no governo do PSDB em São Paulo tem alguma ética que nos sirva? Ou PSB e PV, que seguem no governo Lula do mensalão, têm uma ética diferente do PT? O deputado João Alfredo chega a falar também em setores do PPS, partido que deve apoiar o PSDB no segundo turno!

A aliança com estes setores dos partidos burgueses descaracterizaria a frente, que deixaria de ter um caráter classista para ser mais uma frente de colaboração de classes.

Neste sentido, a candidatura César Benjamin a vice é coerente. César é um intelectual respeitado por sua oposição ao governo Lula. Mas também não define um campo claro de classe (trabalhador de um lado, burguesia de outro). Como prova disso, recentemente foi assessor de Garotinho (PMDB) na formulação de seu programa de governo.

SAIBA MAIS | MÁS COMPANHIAS...

Existem somas que diminuem. Ampliar a frente para setores de partidos burgueses pode trazer mais votos, mas esterilizaria a frente, que deixaria de ser dos trabalhadores. Os setores "éticos" que o PSOL tem procurado nada têm a ver com a defesa dos interesses dos trabalhadores.

O deputado Fernando Gabeira (PV), por exemplo, defende a manutenção da ocupação das tropas brasileiras no Haiti e até fez um discurso na Câmara dos Deputados, no dia 19 de janeiro, defendendo o envio de mais dinheiro para sustentar as tropas brasileiras.

Ele disse: "Votarei a favor, Sr. Presidente, [do envio de dinheiro] porque não tenho condições éticas de negar uma verba, nesse instante, para tropas brasileiras que visitei e sei que estão em situação delicada no Haiti".

Ou seja, Gabeira, por motivos supostamente "éticos", defende que o Brasil continue a fazer o serviço sujo de Bush no país caribenho. Não podemos esquecer que o PV de Gabeira está no governo Lula, com o ministro da Cultura, Gilberto Gil, e fez parte do governo FHC, com o ex-ministro do Meio Ambiente Sarney Filho (filho de José Sarney).

A ex-prefeita Luiza Erundina (PSB), por sua vez, inaugurou em São Paulo o chamado "modo petista de governar". Quer dizer, se enfrentou com os movimentos sociais, por exemplo, na greve de condutores, e teve a marca da corrupção na sua gestão. Em 1993 aceitou ser ministra da Administração Federal no governo burguês de Itamar Franco. Rompeu posteriormente com o PT, pois o achava muito "estreito" e cobrava do partido um tipo de política mais aberta e flexibilidade nas alianças. Seu partido, o PSB, está no governo Lula ocupando os Ministérios da Integração Nacional, com Ciro Gomes, e Ciência e Tecnologia.

Já o PDT do deputado João Fontes é um partido burguês ligado a setores distintos da patronal em cada estado. Em São Paulo possui cargos na prefeitura do PFL/PSDB. Também é o partido do mega pelego Paulinho, presidente da Força Sindical.

WLADIMIR SOUZA / CROMAFOTO

Zé Maria discursa no ato do Primeiro de Maio de São Paulo

UMA FRENTE PARA DEFENDER UM PROGRAMA SOCIALISTA OU DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA APOIADO NO MERCADO INTERNO?

Até este momento não está claro qual é a proposta de programa defendida pelo PSOL.

Nós defendemos que essa frente tenha um programa socialista, de ruptura com o imperialismo (a partir do não pagamento da dívida externa e interna), o fim das negociações da Alca e a defesa da soberania nacional. Defendemos que é preciso abraçar a luta do movimento Jubileu Sul pela auditoria e suspensão do pagamento das dívidas.

É preciso dizer não às reformas neoliberais, defender a anulação das privatizações das estatais. O programa deve ser anticapitalista, defendendo por exemplo, a estatização do sistema financeiro, porque não existe nenhuma maneira de responder às mínimas necessidades de salário, emprego, reforma agrária, sem romper com o capitalismo.

Existem setores no PSOL que defendem esta perspectiva. Outros defendem um programa "contra o neoliberalismo", que aponta para um desenvolvimento capitalista apoiado no mercado interno.

Roberto Robaina, definido pelo PSOL como candidato a governador do Rio Grande do

WLADIMIR SOUZA / CROMAFOTO

Manifestante debocha da falsa polarização PTxPSDB, em São Paulo

Sul, garantiu recentemente em uma entrevista a um jornal gaúcho que seu partido não será o "bicho papão" da livre iniciativa no Estado. Para ele, *"existem pólos importantes como os setores calçadista e moveleiro, e uma matriz que precisa ser preservada em muitas áreas, valorizando a economia gaúcha".*

Esta é uma perspectiva equivocada, ainda nos limites do capitalismo, que era o programa tradicional do PT antes de chegar ao governo federal. O sistema capitalista hoje é dominado por grandes empresas multinacionais globalizadas, onde não existe sequer uma burguesia nacional de peso que possa dar apoio a um projeto como este. Ou se rompe com as grandes empresas e se aponta para o socialismo, ou se submete ao neoliberalismo. Por isto o PT, ao chegar ao governo e querer manter o capitalismo, teve que se render às grandes empresas multinacionais e aplicar seu programa.

Estes setores do PSOL também defendem a "democratização do Estado", e não a ruptura com este Estado burguês. Quando o PT, que defendia a mesma coisa, chegou ao governo, não mudou em nada o Estado. Quem mudou foi o PT, que se adaptou aos mesmos costumes deste Estado, a começar pela corrupção. Não existe a possibilidade de uma reforma de um Estado que é controlado pelo grande capital. Ou se rompe com ele ou se é tragado, como foi com o PT.

César Benjamin é um dos defensores deste tipo de programa. Em seu texto mais conhecido, "A Opção Brasileira", defende um projeto desenvolvimentista nacional e a democratização do Estado. Este caminho já foi trilhado pelo PT, e deu no que deu.

UNIDADE ELEITORAL A SERVIÇO DAS LUTAS DIRETAS OU SOMENTE PARA ELEGER DEPUTADOS?

Uma das polêmicas já expressadas pela direção do PSOL com o **PSTU** é sobre a concepção de campanha. O **PSTU** defende uma postura clássica da esquerda revolucionária: a participação parlamentar e as eleições são importantes, mas como pontos de apoios para o que é central, que são as lutas diretas dos trabalhadores.

Não se vai mudar o país através de eleições, um terreno controlado pela burguesia, manipulado pelas TVs e viciado pelo poder econômico das grandes empresas. O que pode mudar o país é a ação direta das massas trabalhadoras em um grande processo revolucionário. Por este motivo, as eleições são importantes, ter parlamentares é importante, mas sempre a serviço dessas lutas diretas.

> **A DEMOCRACIA DOS RICOS nunca possibilitará uma mudança real do país através das eleições**

O PT defende um critério distinto: o central é a eleição. A partir daí, vale tudo. Valem as alianças com partidos burgueses ("ampliar" para ter mais chances eleitorais), rebaixar o programa (para conseguir o apoio de um setor da burguesia) e girar toda a atividade do partido ao redor das eleições.

Alguns setores do PSOL utilizam os pequenos resultados eleitorais do **PSTU** para demonstrar como é equivocada a nossa posição. Os nossos resultados eleitorais realmente foram magros. Mas é necessário dizer que foram conquistados sem o peso eleitoral petista (e sem seu tempo de TV), o que só agora os companheiros do PSOL vão experimentar. Além disso, se deram em um momento de fortalecimento do PT. A realidade agora é mais favorável, pelo desgaste do governo Lula. Mas a democracia dos ricos nunca possibilitará uma mudança real do país através das eleições e, por isso, a prioridade para nós seguirá sendo a luta direta dos trabalhadores.

A direção do PSOL disse não concordar com nosso critério, mas não disse com clareza por que, e nem se concorda com a postura do PT sobre este tema.

MAIS UMA VEZ, A QUESTÃO DEMOCRÁTICA

Defendemos um Encontro Nacional aberto a todos os ativistas

A definição unilateral da direção do PSOL sobre a candidatura a vice de César Benjamin pode ter, portanto, um conteúdo programático e político. Pode expressar uma visão da frente oposta à nossa.

O caráter burocrático e hegemonista se agrava com o lançamento de candidatos aos governos de Estado e Senado nos principais estados do país, também sem nenhuma consulta aos outros partidos nem à base.

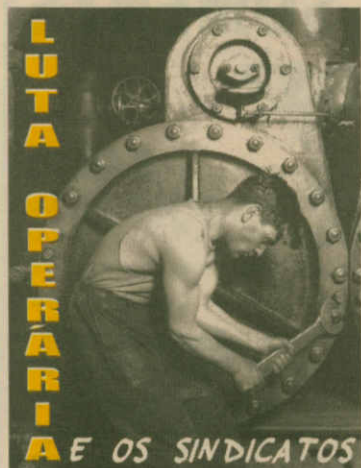
Por este motivo, nós defendemos que seja convocado um Encontro Nacional aberto a todos os ativistas que queiram participar dessa frente. Esse encontro deve discutir e deliberar sobre a melhor proposta de programa e concepção de campanha. Vamos ver se a base está de acordo com essas alianças com setores dos partidos burgueses, e com um programa rebaixado.

Este encontro deve definir também sobre a candidatura a vice. Defendemos o nome de Zé Maria, e a direção do PSOL defende César Benjamin. A base deve decidir sobre estas propostas.

RIO REALIZA ATO PELA FRENTE DE ESQUERDA

Convocado pelo PSTU e pelo grupo Reage Socialista, será realizado no Rio de Janeiro, no dia 16, um ato de lançamento da pré-candidatura de Zé Maria a vice-presidência. O ato é parte da campanha para a construção de uma frente de esquerda, socialista e classista entre PSTU, PSOL, PCB e outras organizações dos movimentos sociais.

DIA 16 DE MAIO, ÀS 18H30
Local: ABI - Rua Araújo Porto Alegre, 71 / 9º andar - Centro

O SURGIMENTO DO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

PAULO AGUENA, da Direção Nacional do PSTU

A classe operária no Brasil começa a se desenvolver no final do século 19, resultado das transformações econômicas, sociais e políticas da época. O modelo agrário-exportador, baseado na produção de café, ganhou nova força ao se deslocar do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista, criando as condições para a constituição do capital industrial e do trabalho assalariado no Brasil.

A mão-de-obra escrava foi sendo substituída pela européia, atraída para trabalhar nas fazendas e nas indústrias que se desenvolviam nas cidades. Os primeiros núcleos operários surgiram principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, formados em sua maioria por imigrantes vindos da Itália, Espanha e Portugal.

As condições de vida e de trabalho eram extremamente difíceis. Os salários eram baixos e a jornadas de trabalho eram de 12 a 15 horas por dia, sem direito ao descanso nos finais de semana e feriados. Sem contratos de trabalho, as demissões aconteciam verbalmente e a qualquer momento.

Os patrões não se responsabilizavam por doenças ou acidentes de trabalho. Nas fábricas, os operários recebiam ameaças, castigos e multas. Quando alguém ficava doente era socorrido por meio de listas. Os aluguéis eram caros e vivia-se em cortiços sem água, luz e esgoto, geralmente perto das fábricas.

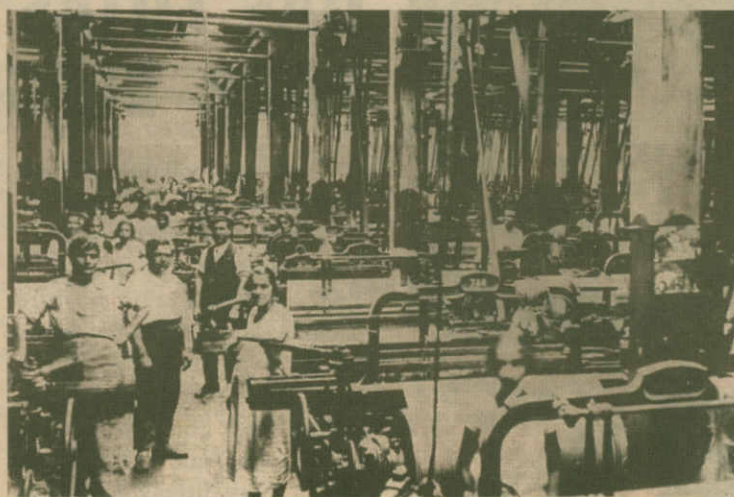
AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES E REIVINDICAÇÕES

As associações mutualistas e de socorro mútuo tinham por finalidade obras assistenciais e ajuda recíproca nos problemas de saúde, acidentes, etc. Foram as primeiras formas de organização da classe operária, a exemplo da Sociedade de Oficiais e Empregados da Marinha (1833), Sociedade de Auxílio-Mútuo dos Empregados da Alfândega (1838), Sociedade de Bem-Estar dos Cocheiros (1856) e Associação de Auxílio-Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional (1873).

As ligas operárias começaram a ultrapassar os limites do assistencialismo e do mutualismo. Reunindo quase sempre operários de diversos ofícios e indústrias, tinham como objetivo a defesa dos interesses imediatos e comuns de todas as categorias, como melhoria dos salários, diminuição da jornada de trabalho, etc. Mais tarde apareceram as sociedades de resistência, que eram núcleos mais homogêneos surgidos das primitivas ligas.

Nos primeiros anos do século 20, as associações de resistência evoluíram e deram origem aos sindicatos. As principais lutas dos sindicatos tinham um caráter restrito e reivindicavam melhores condições de trabalho: aumento salarial, jornada de oito horas, repouso semanal, regulamentação do trabalho da mulher e do menor.

> **NOS PRIMEIROS ANOS do século, as associações de resistência deram origem aos sindicatos**

Nessa fase inicial da organização do movimento operário, que se estendeu até o início dos anos 20, suas maiores lideranças eram de formação anarquista e anarco-sindicalista. Ficaram conhecidos nomes como Everardo Dias (1883-1968, operário gráfico e editor do jornal "O Livre Pensador"); Oreste Ristori (jornal "La Bataglia"), Edgard Leuenroth (jornal "A Plebe"), Neno Vasco (jornal "O Amigo do Povo"), entre outros. Eles organizaram os sindicatos livres, as federações de trabalhadores e a primeira Confederação Operária Brasileira (COB).

Operários de uma tecelagem do início do século XX

O I CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO E A FUNDAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO OPERÁRIA BRASILEIRA

Insatisfeitos com a política dos patrões e do governo, os trabalhadores avançaram em sua organização e realizaram entre 15 e 20 de abril de 1906, no Rio de Janeiro, o I Congresso Operário Brasileiro. Participaram 43 delegados, representando 28 sindicatos.

Com maioria de anarcosindicalistas, o congresso votou a criação da Confederação Operária Brasileira (COB), optando pela luta direta de caráter econômico, contra a luta política levada pelos partidos, em especial a eleitoral. O assistencialismo, o mutualismo e o cooperativismo também foram negados.

Como métodos de ação, foram aprovados a greve (o principal instrumento), sabotagem, boicote, manifestações públicas e outros. O congresso definiu o 1º de Maio como dia de luta dos trabalhadores e a publicação do jornal "A Voz do Trabalhador".

Sobre estrutura de funcionamento, foi aprovada a substituição das diretorias por comissões de administração; a relação dos sindicatos com as federações como confederativa e não centralizada; não-remuneração dos funcionários e diretores, salvo exceções.

Outras iniciativas foram: uma campanha pela jornada de oito horas; posicionamentos contra o militarismo, as multas nas fábricas, pela indenização por acidentes de trabalho, pelo pagamento em dia dos salários, contra o alcoolismo, pela regulamentação do trabalho feminino e proibição do infantil, contra os aumentos dos aluguéis, em defesa dos colonos (contra os maus tratos dos fazendeiros), pelo direito de organização dos sindicatos rurais, pela garantia do direito de reunião e pela criação de escolas laicas para os sindicalizados.

A PLEBE

PRENUNCIO DE UMA ERA NOVA

O proletariado em revolta affirma o seu direito á vida

Jornal editado por Edgard Leuenroth

O 1º de Maio após o congresso foi concorrido. Quinze dias depois, os ferroviários entraram em greve. Em 1907 as atividades seguiram aumentando. Entraram em greve os trabalhadores do Moinho Matarazzo. Paralisaram as atividades os metalúrgicos, gráficos, tecelões, costureiras, cigarreiros, encanadores, etc.

A greve alastrou-se por todo o estado de São Paulo e o governo reagiu reprimindo o movimento. Em meio à mobilização e à repressão, a COB foi fundada somente em 1908, unindo cerca de 50 entidades sindicais.

O CONGRESSO AMARELO E A LEI ADOLFO GORDO

Em resposta à crescente organização dos trabalhadores, o governo realizou, por meio do deputado Mário Hermes da Fonseca (filho do então presidente da República), um outro congresso operário para ganhar uma parte dos dirigentes sindicais. Ele ocorreu em 1912, com 187 delegados e cerca de 70 entidades, com passagens pagas pelo governo.

Suas principais deliberações foram a construção de casas operárias financiadas pelo governo, a criação de auxílio e proteção, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor, a jornada de trabalho de oito horas e o incentivo ao mutualismo e ao cooperativismo. Aprovou-se também a criação de um partido operário e da Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB).

Como parte dessa ofensiva, foi promulgada em janeiro de 1913 a Lei de Expulsão dos Estrangeiros, conhecida como Lei Adolfo Gordo, que provocou a expulsão de mais de uma centena de operários, na sua maioria líderes sindicais.

O II CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO

O movimento operário não se intimidou. Na campanha contra a Lei Adolfo Gordo, o jornal "A Voz do Trabalhador" voltou a ser publicado e o II Congresso Operário Brasileiro foi convocado.

Realizado em 1913 no Rio de Janeiro, esse Congresso teve 100 delegados e 60 entidades, ainda com maioria de correntes anarquistas e anarcosindicalistas. Debateu-se o que seria o socialismo anarquista e a luta contra o assistencialismo.

O congresso reconheceu novamente a ação direta como método de luta e discutiu questões de organização, o papel da imprensa operária e da ação sindical. Foi aprovada uma campanha pelo salário mínimo nacional e contra a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial.

Manifestação de trabalhadores no Rio de Janeiro, no 1º de Maio de 1919

A GREVE GERAL DE 1917

A Primeira Guerra afetou profundamente a economia do país e a vida dos trabalhadores. Começaram a faltar produtos industrializados vindos da Europa e alimentos; a jornada e o ritmo de trabalho, para garantir a exportação; os aluguéis subiam. O movimento operário começou a reagir.

No início de julho de 1917, cerca de 400 operários pararam a indústria têxtil Cotonifício Rodolpho Crespi, em São Paulo. Logo outras fábricas entraram em greve, como a Estamparia Ipiranga, Lanifício de Antonio Camilis e a Antarctica. As paralisações chegaram às fábricas de Itaquera, Cotia e Ribeirão Pires.

O governo reprimiu o movimento utilizando a polícia. Os feridos e detidos eram centenas. O sapateiro Antônio Martinez morreu nos conflitos, provocando uma reação imediata do movimento. Na manhã de 11 de julho, seu enterro se tornou uma simbólica manifestação. O cortejo com mais de 10 mil pessoas partiu da rua Caetano Pinto, no Brás, se estendendo por toda a rua Rangel Pestana, até a ladeira do Carmo, no Centro.

Na volta, um assalto a uma carrocinha de pão iniciou uma onda de saques, transformando a greve geral numa revolta popular. O comércio fechou portas e os armazéns dos bairros foram atacados.

Entre os dias 12 e 15 de julho o número de grevistas reivindicando aumento salarial e melhores condições de trabalho passou de 25 para 45 mil trabalhadores. Sob a direção do Comitê de Defesa Proletária (CDP), fundado em 1915, a cidade de São Paulo ficou nas mãos dos grevistas por dezenas de dias. Assembléias gerais com até 80 mil pessoas eram realizadas na Praça da Sé, nos bairros da Móoca e da Lapa.

O governo não conseguiu vencer o movimento com a repressão. A greve só chegou ao fim com uma negociação entre o CDP e uma comissão de jornalistas representando o governo e os patrões. O governo prometeu um aumento de 20% dos salários, nenhuma perseguição ou punição aos grevistas, cumprimento da jornada de oito horas e proibição do trabalho noturno para as mulheres e menores.

As promessas não foram cumpridas e os patrões demitiram os grevistas. Mas a greve geral transformou-se num exemplo de luta para a classe trabalhadora do país.

O FRACASSO DA GREVE GERAL INSURRECIONAL DE 1918

O 1º de Maio de 1918 foi diferente ao promover uma grande confraternização e solidariedade com a Revolução Russa. No mesmo ano, inspirados pela idéias anarco-sindicalistas, tentou-se organizar uma nova greve geral. Os ativistas queriam eliminar, pela ação direta e violenta, a exploração capitalista e criar uma sociedade igualitária.

O centro do plano era a cidade do Rio de Janeiro, mas a tentativa de tomar o poder resultou em fracasso. Enormes manifestações ocorreram no campo de São Cristóvão, na praça da República e em outros pontos da cidade, com o objetivo de organizar a inssureição. No entanto, as forças repressivas cercaram os protestos, prendendo dezenas.

Ficou evidente que, apesar do heroísmo, a classe operária dirigida pelos anarquistas não estava suficientemente organizada. Não tinham um partido centralizado nacionalmente como ocorrera na Rússia.

A SUPERAÇÃO DO ANARQUISMO E A FUNDAÇÃO DO PCB

Em congresso ocorrido nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, foi fundado o Partido Comunista do Brasil (PCB). Diferente de outros países, seus dirigentes não surgiram da social-democracia, mas do anarco-sindicalismo e do anarquismo. Com exceção do alfaiate espanhol Manuel Cendón, que tinha alguma noção do marxismo, os demais haviam militado no anarcosindicalismo: Astrogildo Pereira Duarte da Silva (jornalista), Cristiano Cordeiro (advogado), Joaquim Barbosa (alfaiate), João da Costa Pimenta (tipógrafo), Luís Alves Peres (varredor), Hermógenes da Silva (eletricista e ferroviário), Abílio de Nequete (barbeiro) e José Elias da Silva (construção civil).

A formação do PCB materializava as conclusões a que ex-dirigentes anarquistas haviam chegado quanto aos limites do projeto libertário. Entenderam a necessidade de uma organização, um partido do tipo bolchevique, capaz de centralizar e reunir a ação política da classe operária para destruir o Estado e conquistar o poder político, rompendo a visão "economicista" e "apolítica" da ação direta.

Mas o recém-fundado PCB teve um período breve de atuação legal. Em julho de 1922 o então presidente Artur Bernardes, em razão das reivindicações operárias e da rebelião dos tenentes do Forte de Copacabana, decretou o estado de sítio. A sede do PCB foi fechada e o partido passou à ilegalidade.

Apesar disso, o PCB começou a lutar pela direção sindical e política da classe operária. Defendendo sua unidade sindical e política, buscou construir a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e um bloco político, o Bloco Operário e Camponês (BOC). Paralelamente, a Juventude Comunista foi criada em 1925. No mesmo ano é lançado o jornal "A Classe Operária".

A CONSTRUÇÃO DA CGT

Em 1923 ocorre a Conferência Sindical Regional do Rio de Janeiro, convocada pela Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, dirigida pelos anarquistas. Os comunistas presentes na conferência lutaram pela unidade do movimento, defendendo que a federação abrigasse todos os sindicatos, sem distinção de tendências. Os anarco-sindicalistas defendiam a unidade com base nos princípios anarquistas. Ao ficarem em minoria, se retiraram da conferência e fundaram a Federação Operária.

Em fins do mesmo ano, outra conferência aconteceu, promovida pela Confederação Sindicalista-Cooperativista Brasileira, dirigida pelos pelegos. A intervenção dos delegados comunistas ganhou a maioria. Com isso, o presidente da CSCB pôs fim à conferência.

Em 1925, mais uma conferência é convocada pela Federação Operária do Rio de Janeiro. Chocam-se novamente os pontos de vistas de comunistas e anarquistas. Enquanto os anarquistas defenderam a unidade orgânica com base nos "puros princípios" anarquistas, os comunistas defenderam a unidade com aqueles que não defendiam tais princípios. Os comunistas obtiveram a maioria e foi constituído um comitê provisório de organização. No entanto, seus trabalhos foram interrompidos pela repressão após o 1º de Maio.

A idéia de construir a CGT surgiu em julho, contraditoriamente proposta pela União dos Empregados do Comércio (UEC), de orientação pelega. Os comunistas apoiaram a idéia e, em seu 2º Congresso realizado naquele ano, aprovaram um plano para a construção da CGT. A idéia era constituir grupos e comitês pró-CGT nos sindicatos, que se uniriam através de federações em nível regional, estadual e nacionalmente, por meio do Comitê Central Nacional provisório, encarregado de levar os trabalhos até o congresso de fundação. Os anarco-sindicalistas e os próprios sindicalistas amarelos (pelegos e reformistas) se uniram contra esse plano, mas logo ele ganharia o apoio da maioria da classe operária.

APESAR DO HEROÍSMO, a classe operária dirigida pelos anarquistas não estava organizada o suficiente

Em 1929 é finalmente realizado o Congresso Sindical Nacional e é fundada a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB). Essa política, somada à tática do Bloco Operário e Camponês (BOC) - uma frente que deveria reunir o conjunto das oposições - formado em 1928, levou o PCB a ganhar a hegemonia na classe operária.

A PETROBRAS E OS LIMITES DO DECRETO BOLIVIANO

JEFERSON CHOMA, da redação

No 1° de maio o presidente da Bolívia, Evo Morales, assinou um decreto de Estado que nacionaliza todo o gás e o petróleo do país (os hidrocarbonetos).

A medida surpreendeu o mundo e teve ampla repercussão. Contribui para isso a ocupação pelo exército boliviano de 56 campos de produção, refinarias e dutos.

Entre as instalações ocupadas se encontram duas refinarias da Petrobras. Até o fechamento dessa edição, as refinarias continuavam ocupadas, mas funcionando normalmente, sem interrupção da produção.

Agência Boliviana de Informações

Evo Morales e exército boliviano ocupam unidade da Petrobras para anunciar decreto do hidrocarboneto

GUERRA PELA NACIONALIZAÇÃO

A Bolívia é o país mais pobre da América do Sul, mas possui a segunda maior reserva de gás da América Latina. Por esse motivo o país é vítima do saque e da rapina das multinacionais imperialistas que roubam a sua principal riqueza.

Desde 2003, entretanto, trabalhadores e camponeses indígenas bolivianos protagonizam insurreições revolucionárias exigindo a nacionalização dos hidrocarbonetos, que se tornou a principal bandeira de luta do povo boliviano. As manifestações tiveram como ponto alto a derrubada pela ação das massas de dois presidentes, Sánchez de Losada, em 2003, e Carlos Mesa, no ano passado.

Em meio à luta pela nacionalização dos hidrocarbonetos, em janeiro de 2006, Evo Morales, um ex-líder cocalero, assumiu a presidência da Bolívia. Sua vitória eleitoral, sem dúvida, foi expressão de uma vitória distorcida das massas bolivianas em sua luta pela nacionalização.

Para se eleger, Morales prometeu nacionalizar as reservas de gás e petróleo. Mas ao mesmo tempo ele tentava tranqüilizar as multinacionais, viajando mundo afora e propondo apenas a renegociação dos contratos de exploração dos hidrocarbonetos.

Eleito, Morales hesitou em tomar qualquer medida que entrasse em choque com as multinacionais. Mas, pressionado pela reivindicação popular da nacionalização e considerando as eleições que definirão a composição da Assembléia Constituinte a ser instalada em agosto, Morales resolveu assinar o decreto.

A FARSA DO "INTERESSE NACIONAL"

O governo Lula, os partidos de oposição de direita, a burguesia e a grande imprensa brasileira reagiram raivosamente contra o decreto boliviano.

Membros do governo petista falavam até em "rompimento" com Evo Morales. Lula, porém, aposta na pressão política para fazer o governo boliviano recuar.

O presidenciável tucano Geraldo Alckmin, por sua vez, pediu com cinismo a defesa dos "interesses nacionais". Todos dizem que a medida boliviana vai "contra os interesses do país", pois provocará prejuízos à Petrobras. Argumentam que os investimentos da estatal brasileira levam dinheiro e desenvolvimento para a Bolívia.

Pura mentira! Estão preocupados, na verdade, com a manutenção dos lucros da empresa, especialmente aqueles dos investidores com capital privado, que representam a maioria dos acionistas da estatal.

DE QUE "INTERESSES NACIONAIS" FALAM TUCANOS E PETISTAS?

Como conseqüência dos planos neoliberais, a Petrobras passou por profundas mudanças. Segundo a nova concepção adotada, para sobreviver à concorrência, a estatal deveria diversificar suas atividades para o exterior e abrir seu capital nos mercados de capitais estrangeiros.

Isso fez com que o Estado deixasse de ter sob seu controle a maioria do capital da empresa, devendo possuir apenas a maioria de seu capital votante (ações ordinárias). Segundo o relatório anual da Petrobras de 2004, mais de 60% do capital social da empresa é privado e praticamente 50% das ações estão em mãos estrangeiras. Isto é, a maior parte dos lucros ficará em mãos privadas e quase a metade será remetida ao exterior, aos países imperialistas.

A Petrobras vive um avançado estágio de privatização, e funciona com critérios de uma multinacional, com objetivos de conseguir mais e mais lucros para seus acionistas de capital estrangeiro. Por isso, mesmo depois de alcançar a auto-suficiência em petróleo, a Petrobras mantém os preços internacionais no mercado interno, penalizando a população para engordar os bolsos dos acionistas.

Como é a principal petroleira em atividade na Bolívia, representando 15% do PIB do país, a Petrobras atua como uma multinacional, explorando as riquezas bolivianas e ganhando lucros fabulosos para seus acionistas estrangeiros. Isso explica porque a estatal foi um dos principais alvos da luta do povo boliviano pela nacionalização dos hidrocarbonetos, pois atua na Bolívia de modo semelhante às multinacionais no Brasil como Coca-Cola, Monsanto etc.

O papel da empresa brasileira na Bolívia é um dos maiores exemplos da atuação do Brasil como uma "submetrópole regional". Por um lado, o país é recolonizado pelo imperialismo e sofre o mesmo saque de riquezas de outros países latino-americanos. Por outro, atua como "sócio menor" na exploração de outros países mais fracos, recebendo em troca algumas migalhas.

Os trabalhadores brasileiros não devem cair na farsa do discurso do "interesse nacional", que serve apenas aos acionistas da Petrobras. Não é possível alcançarmos a soberania oprimindo outro país menor, repetindo o que o imperialismo norte-americano faz conosco. Não pode existir um país livre enquanto existir opressão em outros países.

Devemos exigir que Lula adote medidas de enfrentamento com o imperialismo, como a retomada do controle total do Estado sobre a Petrobras, melhores condições de trabalho na estatal (os funcionários terceirizados não têm os mesmos direitos dos concursados) e a reestatização das empresas privatizadas.

Nesse sentido, devemos prestar o mais amplo apoio e solidariedade à luta do povo boliviano que, como os trabalhadores no Brasil, lutam contra o imperialismo e pela sua soberania.

AVANÇAR NA NACIONALIZAÇÃO

Embora tenha provocado a ira do imperialismo e causado grande impacto sobre a esquerda mundial, as medidas adotadas pelo governo boliviano não colocam um ponto final na questão da nacionalização dos hidrocarbonetos. No decreto há elementos que entram em conflito com os interesses das multinacionais e provocam a fúria do imperialismo, por exemplo, o aumento do imposto cobrado pela exploração dos hidrocarbonetos.

Entretanto, o decreto não fala em expropriação das multinacionais. Não há verdadeira nacionalização se não se expropriam essas empresas. O decreto diz que as multinacionais têm 180 dias para negociar novos contratos, o que significa não fazer nenhuma nacionalização.

Certamente a batalha pela nacionalização dos hidrocarbonetos está longe de terminar. Os trabalhadores, a juventude e os povos indígenas da Bolívia devem continuar suas jornadas de lutas e exigir medidas para a completa nacionalização dos recursos naturais do país.

População comemora decreto

Isso significa exigir a expropriação, sem indenização, de todas as empresas estrangeiras, inclusive a Petrobras. Significa também exigir que as empresas expropriadas pelo governo passem para o controle dos trabalhadores e suas organizações.

CONTRA AS AMEAÇAS IMPERIALISTAS AO IRÃ

Nos últimos dias, os Estados Unidos, em conjunto com outras potências imperialistas, têm aumentado as ameaças contra o Irã. Reproduzimos abaixo a declaração da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional sobre essa questão

SECRETARIADO INTERNACIONAL DA LIT-QI

Os imperialismos norte-americano e europeu aumentaram suas declarações contra o Irã e as ameaças de que atacariam militarmente este país. O argumento para tal atitude é que o Irã está desenvolvendo tecnologia que permitiria futuramente fabricar bombas atômicas.

Escondendo-se atrás da ONU, o imperialismo exige o poder de controlar o desenvolvimento nuclear iraniano. Até o momento, o presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, tem rejeitado essa intromissão. O jogo imperialista é semelhante às famosas denúncias das "armas de destruição de massa", farsa utilizada para justificar a invasão do Iraque.

Outro argumento usado por George W. Bush para justificar um possível ataque são as declarações do presidente iraniano contra Israel. No dia 20 de março, Bush disse em um discurso na cidade de Cleveland: *"As ameaças do Irã têm como objetivo destruir nosso firme aliado, Israel. Isto é uma séria ameaça à paz mundial. Já disse e vou repetir: usaremos nosso poderio militar para proteger nosso firme aliado, Israel"*.

HIPOCRISIA IMPERIALISTA

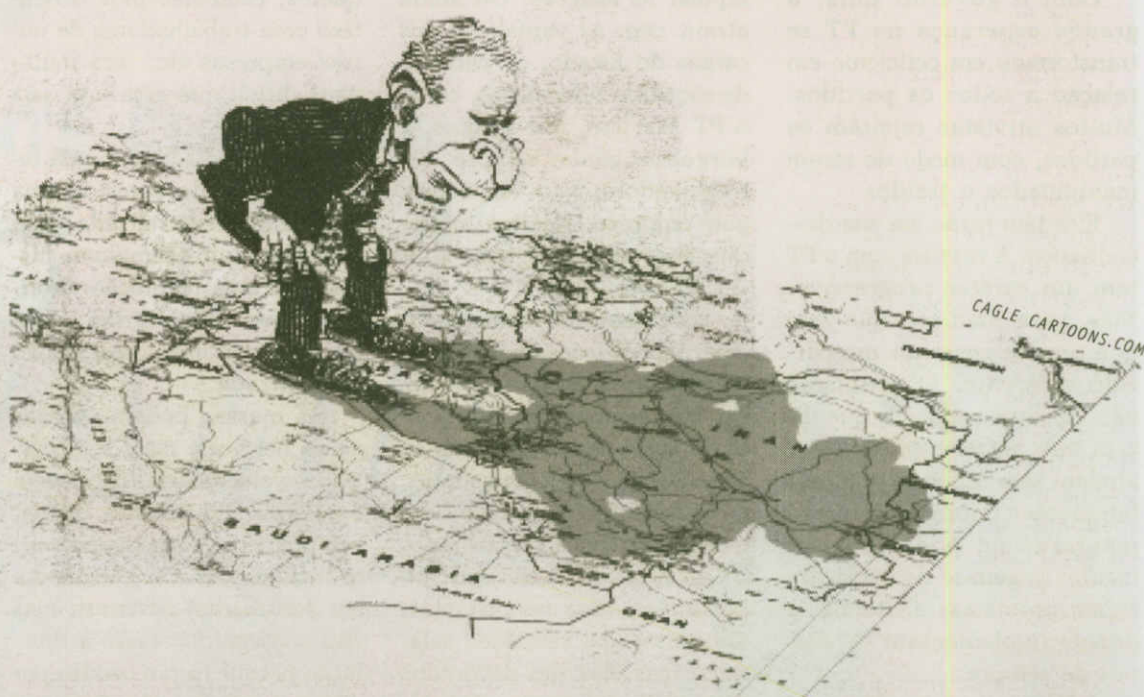
A realidade é que até agora o Irã só desenvolveu tecnologia para enriquecer urânio que possibilite apenas gerar energia nuclear (similar ao que existe há décadas em países como Brasil e Argentina). Essa tecnologia, entretanto, é insuficiente para produzir uma bomba atômica.

Contudo, para nós é totalmente secundário se o Irã já possui este tipo de armamento ou se tem algum plano para fabricar bombas atômicas. A suposta intenção imperialista de evitar a *"proliferação de armas nucleares"* - usada como desculpa para atacar o Irã - é absolutamente hipócrita.

Vários países imperialistas, mais a Rússia e a China, possuem a imensa maioria do arsenal atômico mundial e não têm a menor intenção de se desfazer dele. Além disso, é importante lembrar que até hoje o único país que usou armas atômicas contra a população foram os EUA, em Hiroshima e Nagasaki, no final da Segunda Guerra Mundial.

Outra demonstração dessa hipocrisia é que, ao mesmo tempo em que ameaça o Irã, o imperialismo e a ONU fazem vistas grossas diante das numerosas bombas atômicas de Israel e Índia, esse último considerado agora como um firme aliado dos EUA. Esses países não assinaram o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e, conseqüentemente, pretendem ter o direito de usar essas armas contra um "país não nuclear".

Afinal, contra quem Israel pode usar essas bombas se não contra os palestinos, os países árabes ou contra o próprio Irã? A verdadeira ameaça à "paz mundial" não vem do Irã, mas sim dos países imperialistas e de Israel!

O conflito também revela o verdadeiro rosto do imperialismo europeu. Bem longe da imagem "democrática" que nos querem vender, países como França e Alemanha, que a princípio não estiveram de acordo com a guerra ao Iraque, agora aprovam totalmente a ocupação militar deste país. Sobre o Irã, o presidente francês, Jacques Chirac, se antecipou ao próprio Bush e ameaçou o país com um possível ataque de armas nucleares. Depois de tudo isso, esses governos hipócritas ainda querem falar sobre paz!

Manifestações em Teerã, contra as ameaças dos EUA

AS VERDADEIRAS RAZÕES

As razões de fundo das ameaças imperialistas ao Irã são muito diferentes. O Irã é um dos poucos países relativamente independentes do imperialismo que restam no mundo. Resultado da revolução que, em 1979, derrubou o Xá Pahlevi, agente incondicional dos EUA.

Um dos resultados deste processo foi a expulsão das companhias petroleiras norte-americanas, a nacionalização do petróleo e a criação da empresa estatal que detém o monopólio do petróleo no país (NIOC). A revolução, entretanto, foi logo abortada e derrotada pela hierarquia clerical xiita (os aiatolás), que instalaram um reacionário e repressivo regime de ideologia religiosa.

Esse caráter burguês e ultra-reacionário se mostra claramente no fato de os aiatolás iranianos apoiarem, e na prática impulsionarem, a hierarquia xiita iraquiana e seus partidos políticos, as forças centrais que formam o governo de ocupação colonial no Iraque. Em outras palavras, colaboram no Iraque com o mesmo inimigo que ameaça atacá-los, os EUA!

Uma rápida e efetiva resposta às ameaças imperialistas seria chamar os xiitas iraquianos a retirarem todo apoio a esse regime colonial, pondo ainda mais crise na ocupação imperialista.

Por esse caráter burguês, atrasado e repressivo, os revolucionários devem combater o regime dos aiatolás e apoiar todas as lutas do povo iraniano para derrubá-lo e democratizar o país.

> **VÁRIOS PAÍSES imperialistas, mais a Rússia e a China, possuem a imensa maioria do arsenal atômico mundial e não têm a menor intenção de se desfazer dele**

É um fato que o Irã manteve sua relativa independência e que o projeto de Bush, depois dos ataques de 11 de Setembro, é destruir esses regimes que, mesmo corruptos e repressivos, não obedecem cegamente Washington. No caso do Irã, existe uma velha conta a cobrar desde 1979.

No ano passado, depois de fracassada a tentativa de mudar as coisas pela via eleitoral (o candidato apoiado pelo imperialismo foi derrotado), as ameaças ao Irã aumentaram. O que está em jogo não é a luta entre a "democracia" e a repressão. Trata-se de um ataque dos países imperialistas a um país muito mais débil que defende sua independência.

Pelo pântano político e militar em que se meteu no Iraque, parece difícil que o imperialismo possa levar adiante uma invasão no Irã. Contudo, é possível que o imperialismo possa realizar ataques e bombardeios aéreos relâmpagos, inclusive, ajudado por Israel.

A POSIÇÃO DA LIT – QI

Neste contexto, **defendemos o direito de o Irã desenvolver sua tecnologia nuclear e, inclusive, fabricar armas nucleares** para defender-se de um ataque imperialista ou de Israel.

Entretanto, não depositamos nenhuma confiança no regime dos aiatolás e não damos nenhum apoio político a eles. Os revolucionários apóiam claramente o Irã e seu povo neste enfrentamento contra os EUA, os países imperialistas europeus e Israel.

**São Paulo,
30 de abril de 2006**

WWW.LITCI.ORG

Leia outros artigos e declarações no novo portal da Liga Internacional dos Trabalhadores

POR QUE É NECESSÁRIO CONSTRUIR UM PARTIDO REVOLUCIONÁRIO?

Com o governo Lula, a grande esperança no PT se transformou em ceticismo em relação a todos os partidos. Muitos ativistas rejeitam os partidos, com medo de serem manipulados e traídos.

Eles têm razão em sua desconfiança. A ruptura com o PT tem um caráter progressivo. Mas, para mudar o que está aí é preciso construir um partido diferente. O ceticismo não constrói nada. Os que dizem *"não me meto em política"* ajudam sem saber os políticos burgueses e reformistas, que se manterão no poder eternamente: fingem-se de oposição, fazem promessas eleitorais, e depois implementam os planos de sempre.

A burguesia controla a economia e as TVs, podendo manipular as eleições. Ou ainda atrair, com as vantagens dos cargos do Estado, os partidos de esquerda reformistas, como o PT. Por isso, nas eleições, a burguesia ganha sempre. Os trabalhadores não vão conseguir emprego, salários, moradia, nem reforma agrária através do voto.

Podemos e devemos participar das eleições enquanto os trabalhadores acreditarem nelas. Mas sempre como um ponto de apoio secundário para as lutas diretas dos trabalhadores. A "outra coisa" pela qual lutamos é a revolução socialista.

As lutas sindicais são importantes, mas não bastam. Conquistamos reajustes salariais, mas eles são devorados pela inflação pouco depois. Para mudar realmente a vida, é preciso lutar pelo poder, fazer uma revolução socialista.

SEM ORGANIZAÇÃO, NÃO CONQUISTAMOS NADA

Uma parte dos ativistas quer lutar, mudar o mundo, concorda com a necessidade de uma revolução, mas recusa os partidos, e vê toda organização como uma burocracia.

Para qualquer ação coletiva é necessária uma organização. Se um time de futebol vai enfrentar outro, e não se organiza, tem grandes chances de ser derrotado. Se em uma greve não organizamos os piquetes, estabelecemos o contato com trabalhadores de outras empresas etc, será muito mais difícil que essa luta seja vitoriosa.

Se nosso objetivo é uma revolução, precisaremos de uma organização centralizada. Não existe nenhum exemplo na história de uma revolução vitoriosa, que não tenha sido dirigida por uma organização centralizada.

As massas podem realizar ações heróicas, mas, sem partido revolucionário, não fazem revolução. Na América Latina, recentemente, ocorreram várias insurreições. Os trabalhadores derrubaram governos, mas não conseguiram fazer a revolução porque foram traídos por direções reformistas. Sem um partido revolucionário de massas as revoluções serão derrotadas, a exemplo do que aconteceu com dezenas de levantes populares no passado.

O FUNCIONAMENTO BUROCRÁTICO DA SOCIAL-DEMOCRACIA E DO STALINISMO

Uma parte do desencanto com o PT vem de seu funcionamento burocrático, semelhante ao da social-democracia e dos partidos burgueses. Tem tendências permanentes, com posições públicas diferentes, o que dá a ilusão de democracia. Mas a posição do partido é a expressa pelos parlamentares, que têm acesso à mídia e não são controlados por ninguém. Nem pelas bases, que não decidem nada. Por isso, no governo, é diretamente Lula quem decide a política aplicada.

O stalinismo também tem um funcionamento burocrático. Em partidos stalinistas, como o PCdoB, as tendências com posições diferentes da maioria da direção são expulsas imediatamente. Assim, a direção burocrática tem o controle dos congressos e pode perpetuar sua política. Hoje, por exemplo, deve haver uma enorme insatisfação nas bases do PCdoB, por seu apoio ao governo, mas isso não se expressa em um livre debate interno.

O PSTU É DIFERENTE

O PSTU não vive para as eleições. A nossa atuação prioritária é nas lutas diretas dos trabalhadores e jovens. Nas greves e mobilizações de rua são encontradas as bandeiras vermelhas do partido.

A participação nas eleições é tática. Não é prioridade e só ocorre porque as massas acreditam nelas. Como nas eleições deste ano, em que defendemos a formação de uma frente classista e socialista. Participamos para divulgar as mobilizações e difundir nosso programa. Não sacrificamos esses objetivos pelo vale-tudo em troca dos votos. Não aceitamos as contribuições financeiras de setores da burguesia.

O PSTU tem um funcionamento democrático, baseado no chamado centralismo-democrático. As bases decidem a política do partido, através de congressos regulares. Na preparação dos congressos, as tendências com posições diferentes têm os mesmos direitos da maioria da direção, e são realizados amplos debates. Depois da discussão, o congresso vota, as tendências se desfazem, e todos aplicam a política votada pela maioria.

O PSTU não se julga dono da verdade. Cometemos erros, e não poderia ser diferente. Tampouco julgamos que somos os únicos revolucionários. Existem muitos revolucionários neste país, e apenas uma parte deles está organizada em nosso partido. É muito importante unificar os revolucionários em torno de um programa para a revolução.

Nosso partido não é uma casa pronta, mas um processo em construção. Por isso, você, ativista e lutador, venha construir um partido diferente.

MAS QUEM É O PARTIDO?

Bertold Brecht

**Mas quem é
o partido?
Ele fica sentado
em uma casa
com telefones?
Seus
pensamentos
são secretos,
suas decisões
desconhecidas?
Quem é ele?**

**Nós somos ele.
Você, eu, vocês
— nós todos.
Ele veste
sua roupa,
camarada,
e pensa com
a sua cabeça.
Onde moro
é a casa dele,
e quando você
é atacado
ele luta.**

PARTIDOS E SINDICATOS

Muitos ativistas desconfiam da presença dos partidos nos sindicatos e entidades, pela atitude burocrática do PT que aparelha os sindicatos.

Os sindicatos são organismos de frente única das massas, quer dizer, de unidade de ação nas lutas dos trabalhadores. Por isso, devem abarcar o maior número possível de trabalhadores. Ali, podem e devem atuar os distintos partidos.

Já um partido é diferente, pois reúne apenas uma parte dos trabalhadores, os que têm acordo com o seu programa e projeto político.

Para garantir que os sindicatos não se transformem em aparelhos dos partidos, a saída não é impedir que os partidos atuem, mas garantir a democracia da base e a autonomia dos sindicatos. É a base que deve decidir, em assembléias e congressos, quais são as melhores propostas.

É assim que podemos garantir a autonomia dos sindicatos e uma relação sadia com os partidos.